

#### Novos Cadernos NAEA

v. 23, n. 3, p. 33-55, set-dez 2020, ISSN 1516-6481 / 2179-7536

# Ambiente e memórias acerca da caça em áreas protegidas da Floresta Atlântica

# Environment and memories about hunting in protected areas of the Atlantic Rainforest

José Aécio Alves Barbosa - Doutor em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais, pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: barbosa.joseaecioalves@gmail.com

Brygida Carolyne Freire Alves - Mestre em Ecologia e Conservação, pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: alvesbrygida@gmail.com

José Otávio Aguiar - Doutor em História e Ciências Políticas, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: j.otavio.a@gmail.com

#### Resumo

Problemas ambientais diversos acompanhado várias sociedades, e seus efeitos têm influenciado uma série de estudos que visam compreender as consequências das ações humanas sobre o meio natural e as implicações das mudanças ambientais sobre a vida. A interação humanidade/fauna é uma das mais antigas formas de aproveitamento da biodiversidade e, muitas vezes, implica em problemas ambientais. Por outro lado, estratégias conservacionistas que impedem o acesso à natureza suscitam conflitos que limitam suas ações, gerando críticas a esse modelo. Em virtude da recorrência do cenário de conflitos entre órgãos de proteção ambiental e usuários dos recursos faunísticos, este trabalho analisa a perspectiva de diferentes atores envolvidos na problemática do uso ilegal de animais silvestres em Unidades de Conservação na Floresta Atlântica do estado da Paraíba, Nordeste do Brasil, objetivando resgatar traços da história e dinâmica cinegética local via relato oral, narrativas de vida e registro documental.

#### Palayra-chave

Práticas cinegéticas. Unidades de conservação. História ambiental. Hotspot de biodiversidade.

#### Abstract

Several environmental problems accompanied several human societies, and their effects have influenced a series of studies aimed at understanding the consequences of human actions on the natural environment and the implications of environmental changes on life. Human/wildlife interaction is one of the oldest forms of biodiversity exploitation and often involves environmental problems. On the other hand, conservation strategies that impede access to nature raise conflicts that limit their actions, generating criticism of this model. Due to the recurrence of the conflict scenario between environmental protection agencies and users of wildlife resources, this paper analyzes the perspective of different actors involved in the problem of the illegal use of wild animals in protected areas in the Atlantic Forest of the state of Paraíba, Northeast of Brazil. Brazil, aiming to rescue traces of local history and local hunting dynamics via oral reporting, life narratives and documentary record.

#### **Keywords**

Hunting Protected areas. Environmental history. Biodiversity hotspot.

### INTRODUÇÃO

Ao longo da história, problemas ambientais em diferentes níveis de complexidade têm acompanhado diferentes sociedades, induzindo disputas e exercendo presença em conflitos, migrações e, até mesmo, no declínio de alguns povos (PONTING, 1995). O efeito desses dilemas vem influenciando uma série de estudos que visam compreender as consequências das ações humanas sobre o meio natural e as implicações das mudanças ambientais sobre a vida humana, no entrecruzamento entre as naturezas e as culturas (NASH, 2001).

Considere-se que as problemáticas ambientais não são neutras, pois refletem visões de mundo pautadas em diferentes paradigmas, conceitos e dinâmicas sociais, conflitos de valores e interesses ambientais, políticos, econômicos e intelectuais de grupos humanos (MACHADO, 1996; TUAN, 1980), que geram representações fluidas e difusas da natureza, fazendo dela um espaço de intersecção cultural, em relações tensivas (HANNIGAN, 2000).

Dentre as representações mais amplas erigidas pelos humanos sobre o meio natural, consta a sua interação com a fauna, especialmente a partir do período Neolítico, com o advento da domesticação de alguns animais e o estabelecimento de relações de afetuosidade e controle, dominação e colaboração dos grupos humanos para com outras espécies (AGUIAR; BARBOSA, 2013).

Alguns trabalhos, no âmbito da história ambiental e da etnozoologia, buscam elucidar como aspectos das relações entre várias sociedades e os animais culminaram por influenciar as visões do mundo e da natureza que foram sendo moldadas por grupos humanos no decurso temporal (eg. BARBOSA; AGUIAR; ALVES, 2018; THOMAS, 1983), e como essas relações intensificam a necessidade de adoção de estratégias eficientes de conservação (BECHELANY, 2017).

Nesse cenário de interação entre o homem e outros animais, a adoção de estratégias preservacionistas que impeçam o acesso e uso direto dos recursos e não considerem o elemento humano e sua influência e relação com o meio biótico, cria hiatos conflituosos entre os objetivos de conservação e as demandas sociais locais (BARBOSA; AGUIAR, 2018), uma vez que os espaços e recursos naturais sempre são fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da humanidade (FERREIRA, 2001).

O fulcro dos estudos ambientais etnobiológicos caminha no sentido de não enxergar parques ecológicos e áreas de conservação como espaços preferencialmente intocáveis, mas prima por identificar como essenciais as relações humanas produzidas entre as sociedades tradicionais que os habitam e os ambientes naturais com os quais interagem (DIEGUES, 2000).

Pesquisas que abordam a percepção histórica acerca do patrimônio ambiental e as políticas públicas na implantação de Unidade de Conservação no Brasil, observam que o estabelecimento dessas zonas protetivas só pode ser efetivo se perpassar um longo processo de negociação entre diversos atores e interesses, em disputa material e simbólica sobre os recursos naturais (MENARIN, 2009).

Essa disputa entre os múltiplos usuários da natureza evidencia-se também quando o alvo pleiteado é a fauna. A exploração dos animais silvestres, historicamente, modelou e ainda exerce forte influência sobre a dinâmica de ocupação humana no território brasileiro (FIORI; SANTOS, 2015).

No clássico Etnoconservação, organizado por Antônio Carlos Diegues, um conjunto de autores debateram os novos rumos para a proteção da natureza nas florestas tropicais, considerando a importância dos saberes tradicionais para a gestão dos recursos naturais, para o desenho de novas políticas ambientais e para o manejo participativo de áreas protegidas (DIEGUES, 2000). Isso posto, fundamentava-se a grave falha do clássico padrão de delimitação de áreas prioritárias para conservação como zonas intocáveis (RISSO, 2014) e justificava-se a ferrenha crítica que esse modelo vem sofrendo nas últimas décadas (DIEGUES, 2004). No Brasil, esse contexto conduziu à implementação de estratégias conservacionistas menos fechadas, como a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável (MMA, 2019a), para além das de Proteção Integral (MMA, 2019b).

Acredita-se, com base em Morin (1996), que os processos de deterioração da natureza são, muito frequentemente, seguidos de perto por relações de exploração humana. Mesmo em face dos avanços conservacionistas representados pelas diferentes modalidades de áreas protegidas no Brasil, o cenário de conflitos entre órgãos de proteção ambiental e usuários dos recursos naturais, com ênfase aqui para o uso da fauna, ainda é bastante recorrente e multivariado em suas relações. A proposta deste estudo então, foi detectar essas relações, analisando como elas se expressam no conteúdo dito (discurso) ou subjetivamente demonstrado por seus enredados.

Sendo assim, o presente trabalho analisa a perspectiva de diferentes atores envolvidos na problemática do uso da fauna silvestre, em diferentes categorias de Unidades de Conservação na Floresta Atlântica do Estado da Paraíba, Nordeste do Brasil, objetivando resgatar, via relato oral, narrativas de vida e registro documental, traços da história e dinâmica cinegética local.

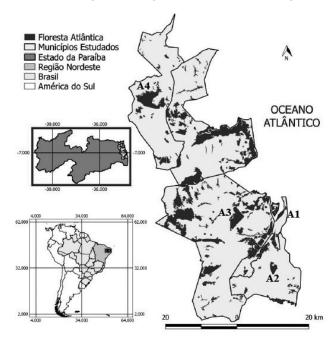
#### 1 MATERIAL E MÉTODOS

#### 1.1 ÁREA DE ESTUDO

Este estudo foi desenvolvido em quatro Unidades de Conservação (UC) da Floresta Atlântica paraibana e seus arredores: a Floresta Nacional (FLONA) da Restinga de Cabedelo, conhecida como "Mata do Amém" e situada no município de Cabedelo – A1, o Jardim Botânico Benjamim Maranhão, conhecido como "Mata do Buraquinho" e localizado no município de João Pessoa – A2, a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) do Engenho Gargaú, situada no município de Santa Rita – A3 e a Reserva Biológica (REBIO) Guaribas, localizada nos municípios de Mamanguape e de Rio Tinto – A4 (Figura 1).

Destacam-se na área dois tipos de fitofisionomias: a Savana Arbórea Aberta, caracterizada por um contínuo tapete gramíneo lenhoso, e a Floresta Estacional Semidecidual, caracterizada por uma formação florestal com espécies típicas da Mata Atlântica e elementos amazônicos (ISA, 2019).

Figura 1 - Localização e identificação das Unidades de Conservação consideradas na Pesquisa. Legenda: A1 – Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo; A2 – Jardim Botânico Benjamim Maranhão; A3 – Reserva Particular do Patrimônio Natural do Engenho Gargaú; A4 – Reserva Biológica Guaribas.



Fonte: Elaboração dos autores (2019).

As quatro Unidades de Conservação estudadas apresentam tamanhos de área que variam entre 115 ha e 4050 ha. Há também um gradiente de antropização de suas matrizes de entorno, variando desde zonas urbanas povoadas, passando por áreas de lavoura e zonas rurais. Essas áreas protegidas são de Uso Sustentável ou de Proteção Integral, e geridas pela esfera Federal ou Local.

#### 1.2 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Para coleta de dados, foram visitados, após a devida autorização, os acervos documentais de órgãos públicos de atuação em meio ambiente da área estudada, como o acervo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (na sede de cada UC sob sua jurisdição) e do Batalhão da Polícia Militar Ambiental (BPMAmb-PB), na busca de dados que confirmassem a atualidade das ocorrências envolvendo a fauna cinegética local e direcionassem a pesquisa. Agentes de fiscalização e funcionários de carreira desses órgãos também foram entrevistados, quando de acordo, sobre as práticas de caça e os conflitos ambientais que eventualmente ocorriam na região.

Foram feitas ainda visitas aos moradores que vivem no interior ou próximo às UC estudadas, para análise das formas atuais de uso da fauna cinegética local. Ao longo das visitas, tentou-se estabelecer o *Rapport*<sup>1</sup> necessário à dinâmica da pesquisa, para aproveitamento máximo dos dados verbais e não verbais repassados pelos informantes (GRAHE; BERNIER, 1999).

De início, e após prévio consentimento livre e esclarecido (Protocolo 23096.013946/17-00, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Campina Grande), 109 habitantes locais, que fazem uso ou têm conhecimento sobre a utilização de animais silvestres para diferentes finalidades, foram entrevistados, com respaldo em técnicas da História Oral (MEIHY; RIBEIRO, 2011), com o objetivo de obter impressões, informações e versões sobre as atividades cinegéticas locais. A amostra utilizada para as análises foi do tipo *não probabilística intencional* (ALBERTI, 2005).

Os dados, nesta etapa da pesquisa, foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas (ALBUQUERQUE; LUCENA, 2004), realizadas a partir da elaboração prévia de roteiros que possibilitaram análises e comparações entre si e

O Rapport é um conceito da psicologia que designa uma técnica usada para estabelecer ligação de empatia com outra pessoa.

A abordagem não probabilística intencional vê as entrevistas como dados qualitativos, não meramente estatísticos, como um tipo especial de amostra possível de ser retirada de um universo mediante processo deliberado de seleção, ou seja, com o corpo amostral sendo escolhido intencionalmente, de forma a atender os objetivos e metas de trabalho.

com documentos escritos, para melhor interpretação e entendimento do contexto estudado. O tema que norteou as entrevistas foi a caça e o aproveitamento dos animais e derivados nas regiões estudadas, e as questões ambientais, sociais e econômicas relacionadas à vida e à história das populações locais.

A aplicação dos formulários semiestruturados foi integrada a entrevistas livres, feitas de modo individual (ALBUQUERQUE; LUCENA, 2004) com os *especialistas locais*<sup>3</sup> (HAYS, 1976), possibilitando ao entrevistado discorrer livremente sobre o assunto tratado (MOURÃO; NORDI, 2006), bem como aumentando a confiança entre entrevistado e entrevistador. Já a confirmação das informações coletadas nas entrevistas, foi feita de maneira sincrônica – perguntas feitas a indivíduos diferentes em tempos muito próximos (COSTANETO; MARQUES, 2001). Contudo, para doze especialistas locais, utilizou-se também o modo diacrônico – repetição de uma pergunta ao mesmo indivíduo, após considerável intervalo de tempo (COSTA-NETO; MARQUES, 2001).

O processamento dos dados obtidos na pesquisa, por meio de metodologia de coleta em História Oral, consistiu basicamente das transcrições de entrevistas dos especialistas locais e acurada conferência da fidelidade dos conteúdos de discurso (CPDOC, 2018). Aquilo que não foi dito (como expressão de emoções, gesticulação etc.) também foi atentamente analisado e registrado, uma vez que esses gestos podem ser representações sentimentais que constituem importantes fontes de análise (VEGINI, 2016; CPDOC, 2018).

A codificação e análise dos dados obtidos, por meio de entrevistas em História Oral, utilizou o modelo proposto por Strauss e Corbin (1991), que propõe que o processo de codificação de histórias orais seja estruturado a partir de uma ampla identificação e articulação dos dados, denominada Codificação Aberta.

# 2 A MATA ATLÂNTICA PARAIBANA E OS CENÁRIOS DA CAÇA EM ALGUMAS DE SUAS UC

Na Paraíba existem vários pequenos fragmentos de Floresta Atlântica que formam manchas cercadas por uma matriz variável: aglomerados urbanos, zonas rurais, amplos campos de monocultura (STEVENS, 2014). Parte desses fragmentos constitui Unidades de Conservação (UC) de Proteção Integral ou de Uso Sustentável.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Especialistas locais são pessoas que se auto reconhecem e/ou que são reconhecidas na região como culturalmente competentes.

Há no Estado cerca de 20 reservas de Floresta Atlântica, perfazendo em torno de 42 mil hectares de área protegida. Todavia, a maior parte dessas UC apresenta sérias lacunas quanto à fiscalização ambiental, o que favorece a ocorrência de graves impactos sobre a flora e fauna local (LÚCIO; DANTAS, 2004).

Apesar desses diversos fragmentos florestais, muitos deles protegidos, o Ibama-PB alega que a Floresta Atlântica paraibana se apresenta em processo de destruição, restando cerca de 9% de área original preservada, o que é um cenário de grave ameaça à riqueza biológica, à variabilidade genética da vida silvestre e à qualidade de vida das populações humanas locais (BRITO, 2020). Dentre as Unidades de Conservação da Floresta Atlântica na Paraíba, quatro serviram de campo para este estudo. A diferenciação categórica e gestora dessas áreas protegidas, claramente influenciou a prática da caça e a interação dos moradores do entorno com cada UC.

### 3 OS PONTOS DE VISTA DOS CAÇADORES ACERCA DA MATA E DOS ANIMAIS EM FRAGMENTOS FLORESTAIS URBANOS E RURAIS

O ambiente urbano e o rural, a princípio, aparentemente tão díspares e antagônicos, igualmente se complementam ao perpassarem seus processos históricos de construção (WILLIAMS, 1989), influenciando as visões de mundo de seus habitantes. Não se pode negar, entretanto, que essa influência está atrelada ao tipo de ambiente que circunda as áreas protegidas aqui estudadas. Barbosa (2019) sugere que essa diferenciação interfere, significativamente, no perfil dos habitantes de entorno e interior de UC, bem como na forma como estes de relacionam com a biodiversidade faunística local, com ênfase em áreas de floresta tropical. Exemplos que ilustram essa influência, quanto à caça e seu dinamismo sociocultural, ficam explícitos no conteúdo de algumas entrevistas realizadas no presente trabalho.

Sob uma alcunha de "Do Pandeiro", o Entrevistado I vive há 47 anos no bairro do Renascer, município de Cabedelo. A rua de sua residência faz limite com a Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo (A1), criada em 2004 como a primeira Floresta Nacional localizada em zona urbana no Brasil (ICMBIO, 2019a), sendo uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável gerida pelo ICMBio, com Plano de Manejo aprovado em 2016 (ICMBIO, 2016).

Natural do município de Itaporanga-PB, o Entrevistado I nasceu em 1946 e aprendeu com seu pai o ofício da caça e a arte da música. Em meados dos anos 1980, mudou-se para Cabedelo a fim de melhorar de vida, mas nunca

abandonou seu pandeiro e grupo musical. Durante alguns anos prosseguiu também na prática da caça.

No sertão é diferente! Os bichos são diferentes, não tem tanta mata fechada. Aqui eu ainda apanhei muito para conseguir caçar alguma coisa. [...] Nessa mata mesmo [referência a FLONA de Cabedelo] não tem mais quase nada. Quando a gente queria uma boa caçada, pegava as coisas [armas de fogo, cachorros de caça e paramentos de caça] e saía para os sítios, onde tem mata boa [...] voltava com os bisaco [alforje] cheio, que até distribuía, vendia [...] sobrava e tudo, [...] mas eu ainda prefiro a minha terra (informação verbal, grifo nosso)<sup>4</sup>.

Nota-se, na fala, a ausência do sentimento de pertencimento em relação ao local de sua residência e a nostalgia quando lembra de sua terra natal. As Ciências Humanas, notadamente, têm demonstrado crescente interesse em relação aos temas inerentes à memória, porém há muito se nota que têm sido negligentes quanto à relação dessas lembranças com eventos saudosos (BOTELHO; TEIXEIRA, 1986).

Apesar de não terem o mesmo significado, memória e saudade estão fortemente relacionadas (POLLAK, 1992). Como o saudosismo indica uma importância sentimental do componente mnêmico humano, a consideração desse aspecto é relevante para a compreensão de processos psicossociais amplos (NASCIMENTO; MENANDRO, 2005). No caso do Entrevistado I, seu sentimento corrobora o de muitos brasileiros habitantes de grandes centros urbanos, que idealizam um estado de graça com a conquista ou o retorno ao campo (SILVA, 2009).

Há também a opinião de que a Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo é depauperada em relação à biodiversidade faunística, não havendo, aparentemente, preocupação com as consequências dessa circunstância, visto a possibilidade de explorar outras áreas de mata na zona rural. Em sua clássica obra *Paisagem e memória*, Simon Schama expõe a impossibilidade de idealizar qualquer ecossistema que a cultura humana não tenha alterado significativamente, de forma benéfica ou degradante (SCHAMA, 1996), apesar da prevalência do imaginário mítico ocidental da "Mata Virgem" (CARVALHO, 2010) ou da "Natureza Intocada" (DIEGUES, 2004).

Na fala do Entrevistado I há nuances do caráter recreativo da caça, com motivações diferentes da demanda nutricional. Esse mesmo arquétipo é intuído, em entrevistas de outros caçadores, como a do Entrevistado II, caçador de 32 anos, divorciado, pai de duas filhas e residente no bairro do

Entrevista concedida por Entrevistado I, caçador, em 04 de julho de 2017.

Baixo Roger, perto do Jardim Botânico Benjamim Maranhão (A2): Meu irmão me diz que se usar muita pólvora estraga a caça. E eu quero saber? **Quero é ouvir o estouro, a graça é essa!** [...] Eu nem gosto da carne mesmo, **vou mais pela diversão**. [...] **Triste do bicho que passar na minha frente!** (informação verbal, grifo nosso)<sup>5</sup>.

O Jardim Botânico Benjamim Maranhão, em João Pessoa, é um parque estadual. Com mais de 500 hectares de Floresta Atlântica, é a maior floresta semi-equatorial nativa plana densamente cercada por área urbana do mundo (BARBOSA, 1996). Toda a extensão dessa Unidade de Conservação é considerada prioritária de extrema importância biológica, recebendo o título de Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA, 2019; SUDEMA, 2014).

Embora more perto dessa mata desde que nasceu, o Entrevistado II sugere que não a considera como paisagem que demande preocupações conservacionistas, mas sim fonte de recursos naturais, espaço recreativo e área de interação com os demais caçadores. Os animais, em sua concepção, figuram como meros subitens de uso. Esse caráter utilitário direcionado à fauna aparece, recorrentemente, em trabalhos que abordam a apropriação e uso dos animais em diversas áreas do Brasil (FERNANDES-FERREIRA, 2014), incluindo áreas urbanas da região Nordeste (AGUIAR; BARBOSA, 2013).

Uma visão diferente é percebida na fala de outros entrevistados. O Entrevistado III, por exemplo, tem 64 anos, é viúvo e natural da zona rural do município de Santa Rita. Caçador desde a infância, ele demonstra um sentimento de pertencimento em relação à floresta, com destaque para os fragmentos próximos de sua residência, na Comunidade Lerolândia, incluindo a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) do Engenho Gargaú (A3).

Essa RPPN está sob propriedade de uma usina agroindustrial local de Santa Rita-PB e possui mais de 1000 hectares de Floresta Atlântica preservada, compondo um dos maiores fragmentos do Nordeste brasileiro (ICMBIO, 2019b). A área da reserva está inserida em uma matriz majoritariamente agrícola, com plantações de cana-de-açúcar (*Saccharum* spp.) e comunidades rurais em toda a sua circunvizinhança, o que a torna uma UC com elevada pressão antrópica, mesmo com fiscalização recorrente (TORRES JÚNIOR, 2015).

O Entrevistado III afirma que caçava por necessidade alimentar e declara ter elevado conhecimento empírico sobre a dinâmica ambiental local, facilmente se localizando nas matas e dominando diferentes técnicas de caça adequadas à biologia dos animais procurados. Ainda que afirme o caráter de coletividade de

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Entrevista concedida por Entrevistado II, caçador, em 22 de agosto de 2017.

suas práticas locais de caça, ele demonstra conhecimento da proibição legal dessa atividade, evidenciando ainda um grande respeito pela floresta.

Conheço essas matas aqui [referência aos fragmentos próximos à RPPN Gargaú, incluindo a própria UC] desde pequeno. Pode me soltar em qualquer uma que eu ainda me garanto. [...] A gente sempre caçou por aqui. Às vezes dormia no mato mesmo, caçava, comia, passava dias nas esperas, fazia jirau com ceva e não descia para nada [...], pegava capivara, veado, bicho grande mesmo. Mas isso era antigamente, hoje diminuiu muito. Nem caçar a gente pode mais, né? [Feição de descontentamento] [...] Às vezes era a mistura que a gente tinha. Quando faltava uma galinha, uma criação, saía os amigos tudo para o mato para buscar [...], pedia com licença e voltava para casa com o que precisava (informação verbal, grifo nosso)<sup>6</sup>.

Os conhecimentos tradicionais sobre a natureza, como os do Entrevistado III, vêm sendo estudados pela Etnoecologia (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009) e pela História Ambiental (BARBOSA; AGUIAR, 2018). Eles podem ser extremamente úteis como ferramentas conservacionistas e de manejo dos recursos naturais (HANAZAKI, 2003), com aplicações em diversas regiões do mundo (CAMOU-GUERRERO *et al.*, 2007), inclusive em áreas do Nordeste (NASCIMENTO *et al.*, 2013).

O atual impedimento legal às atividades de caça no país, conhecido incômodo do caçador entrevistado, decorre sobretudo da disposição de proteção à fauna impetrada pela Lei Federal nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967 (BRASIL, 1967), complementada com a designação de Crime Ambiental pela Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (BRASIL, 1998).

Assim como na crítica desfavorável contida no depoimento do Entrevistado III, a lei vigente de proteção da fauna silvestre também é motivo de objeto de tentativa de desregulamentação e flexibilização no parlamento. O Projeto de Lei 6.268, proposto no ano de 2016 (BRASIL, 2016), objetiva instituir a Política Nacional da Fauna que, entre outros aspectos, revoga a Lei de Proteção à Fauna e altera a Lei de Crimes Ambientais, reduzindo penas e multas aos infratores.

Essa ampla flexibilização da legislação ambiental no Brasil, além de configurar um retrocesso, representaria graves riscos à conservação faunística. Diversos estudos demonstram que, apesar da atual proibição, a caça furtiva ainda é uma grave ameaça à fauna nacional (BARBOSA; AGUIAR; ALVES, 2018; FERNANDES-FERREIRA, 2014).

Merece destaque, na fala do Entrevistado III, o seu pedido de autorização antes de adentrar os fragmentos de floresta. Quando questionado sobre a quem

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Entrevista concedida por Entrevistado III, caçador, em 12 de setembro de 2017.

se dirigia essa solicitação, ele disse que se dirigia à Mata, como uma entidade dotada de certas nuances de misticismo. Algo semelhante existe na fala do Entrevistado IV – um trabalhador rural de 44 anos. Casado e pai de três filhos, reside na Comunidade do Caiana, na área de amortecimento da Reserva Biológica (REBIO) Guaribas (A4), em Mamanguape-PB.

A REBIO Guaribas, criada em 1990, é uma UC Federal gerida pelo ICMBio, com mais de 4.000 hectares subdivididos em três áreas dos municípios de Mamanguape e Rio Tinto. Essa reserva é margeada por muitas comunidades, predominantemente rurais, e por áreas de lavoura diversificada (ISA, 2019). Apesar da fiscalização e dos trabalhos educativos desenvolvidos pela coordenação da REBIO, ainda são recorrentes os casos de exploração ilegal da biodiversidade local (IBAMA, 2003).

O Entrevistado IV é potiguara, filho de indígenas que habitavam a área.<sup>7</sup> Em sua fala, faz referência aos seus antepassados, com um elevado grau de pertencimento e dependência em relação à floresta. Percebe-se também a denúncia de que a caça atualmente não é motivada por demandas nutricionais.

Olhe, no tempo dos meus avós, dos meus pais, isso tudo [a floresta] era a casa deles. [...] De tudo se retirava da mata pra comer: fruta, raiz, caça [...]. Pedia aos Encantados para pegar só o que precisasse mesmo. [...] Hoje, quase nem se caça mais. [...] Tem uns que ainda entram na mata pra caçar, mas aqui ninguém precisa não [...]. Sempre tem ronda por aqui e, de vez em quando, um é pego fazendo coisa errada aí dentro [da mata]. Paga multa e tudo (informação verbal, grifo nosso)8.

A ênfase do entrevistado, aqui, é direcionada aos Encantados, entidades místicas que ele considera responsáveis pelo equilíbrio entre o acesso aos recursos naturais da floresta e sua conservação, sendo, por isso, merecedoras de reverência e respeito. Essa citação específica aos Encantados pode ser oriunda da tradição oral transmitida por seus familiares potiguara (GERLIC; ZOETTL, 2011). Há descrição de alguns desses Encantados em um estudo de etnomapeamento dos potiguara, realizado na Paraíba (CARDOSO; GUIMARÃES, 2012).

O sobrenatural existe em diferentes culturas humanas (RUBEL, 1977), inclusive envolvendo a fauna (BARBOSA; AGUIAR, 2012). Essas crenças são facilmente alteradas e profundamente enraizadas na cultura (BARBOSA, 2013), o que torna esse aspecto de particular relevância para a conservação e o manejo da

Atualmente, os potiguaras da Paraíba habitam, majoritariamente, os municípios de Rio Tinto, Baía da Traição e Marcação (na Terra Indígena Potiguara, Terra Indígena Jacaré de São Domingos e Terra Indígena Potiguara de Monte-Mor). São o único povo indígena oficialmente reconhecido no Estado, com uma população em torno de 13.500 pessoas, sendo uma das maiores do Brasil e a maior do Nordeste etnográfico.

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Entrevista concedida por Entrevistado IV, indígena, em 31 de outubro de 2017.

biodiversidade, visto que aspectos socioculturais estão diretamente relacionados às formas de apropriação e uso dos recursos naturais locais (BARBOSA, 2019).

Uma vez que tende a influenciar aspectos e comportamentos dos caçadores, a proximidade da zona urbana ou da zona rural também diferencia o olhar dos entrevistados em relação ao estabelecimento das Unidades de Conservação estudadas. O Entrevistado V, de 39 anos, é um agricultor divorciado, residente na Comunidade Pepina, adjacente à Reserva Biológica Guaribas (A4). Ele enfatiza o caráter conflituoso de sua relação com alguns animais e sua aversão à UC próxima de sua residência: "Mata é bom, mas bem longe das casas! [...] O que já saiu de cobra e de rato grande dessa reserva aí [REBIO Guaribas], já perdi as contas. [...] Eu mato tudinho" (informação verbal, grifo nosso)9.

Conflitos ambientais em Unidades de Conservação são comuns e, muitas vezes, refletem falhas na comunicação entre os atores envolvidos, da UC ou das comunidades próximas (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2017). Quando envolvem a fauna, muitas vezes culminam na caça ilegal, cenário recorrente na Paraíba (BARBOSA; NÓBREGA; ALVES, 2011; ALVES; GONÇALVES; VIEIRA, 2012; SOUZA; ALVES, 2014; BARBOSA; AGUIAR, 2015).

Um caráter de neutralidade também foi percebido, a exemplo do Entrevistado VI, trabalhador autônomo de 47 anos, casado e residente na Comunidade Lerolândia: É tanto serviço que eu nem penso mais em caçar. [...] Só lembro que existe essa mata e que ainda caçam nela quando estou aqui deitado e escuto tiro e latido de cachorro. [...] Mas pra mim tanto faz! (informação verbal, grifo nosso)<sup>10</sup>.

Essa neutralidade, em relação à reserva, pode ser indício de obstáculos ao alcance dos objetivos conservacionistas da UC, denotando a limitação na participação das populações humanas vizinhas (PIMENTEL; RIBEIRO, 2016). Contrastando com isso, o posicionamento ambíguo de alguns entrevistados evidencia a complexidade das relações entre populações humanas próximas a Unidades de Conservação. Um exemplo disso vem do Entrevistado VII, 61 anos.

Este, natural de João Pessoa, reside no bairro de Intermares, em Cabedelo-PB, há mais de 20 anos. Casado e pai de duas filhas, trabalha, em noites alternadas, como porteiro em um condomínio residencial de classe média/alta, adjacente à Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo (A1). Ele deixa clara sua divisão, considerando a importância da reserva, mas expondo pontos que considera negativos.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Entrevista concedida por Entrevistado V, agricultor, em 07 de novembro de 2017.

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Entrevista concedida por Entrevistado VI, trabalhador autônomo, em 15 de maio de 2018.

Para mim o lado ruim dessa mata [FLONA de Cabedelo] é que entra muita gente aí para fazer coisa errada! [...] Tem fiscalização de vez em quando, mas para mim que passo as noites nessa guarita, é perigoso. [...] Mas eu sei que é importante pra o meio ambiente, pra os bichos (informação verbal, grifo nosso)<sup>11</sup>.

Para os habitantes do entorno de Unidades de Conservação, essa dicotomia em relação à área de reserva é uma constante, uma vez que o ambiente, fonte de recursos, é também zona de conflitos (PRADEICZUK; RENK; DANIELI, 2015). O reconhecimento da legitimidade na implementação de uma Unidade de Conservação só é possível quando fomentado, em sua população de entorno, o sentimento de pertencimento em relação a essa área protegida (SILVA; ARAÚJO-DE-ALMEIDA, 2016), o que culmina em mudanças de comportamento e em um despertar consciente relativo aos objetivos conservacionistas estabelecidos para a UC (OLIVEIRA; CORONA, 2008). Um exemplo dessa legitimação, pode ser visto no depoimento do Entrevistado VIII, 68 anos, casado e residente no Bairro de Jaguaribe, em João Pessoa, às margens do Jardim Botânico Benjamim Maranhão (A2).

A melhor coisa do mundo é a Mata do Buraquinho! [Jardim Botânico Benjamim Maranhão] Isso aqui é nosso. [...] Acordar e sentir o cheiro da mata [...] quando chove, que sobe aquele cheiro bom de terra molhada. [...] A gente escuta tudo o que é de pássaro [...] eles vêm cantar na porta de casa. [...] Tem gente que ainda pega os bichinho (os pássaros), mas eu parei já. [...] E se eu ver, eu denuncio! Não tem necessidade disso não (informação verbal, grifo nosso)<sup>12</sup>.

## 4 CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO À CAÇA EM FRAGMENTOS FLORESTAIS: PONTOS DE VISTA DOS CAÇADORES E GESTORES

As motivações concretas que mantêm vivas as práticas cinegéticas em fragmentos de mata na Floresta Atlântica da Paraíba são muito variadas, desde a caça para alimentação, o uso medicinal da fauna, a captura e criação de animais de estimação, o comércio de animais e seus subprodutos e, até mesmo, a caça de controle, motivada por conflitos entre humanos e outros animais (SOUZA; ALVES, 2014). Existe, contudo, um contexto subjetivo e abstrato, forte modelador da dinâmica comportamental de alguns caçadores: a sensação de poder inerente à caça.

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> Entrevista concedida por Entrevistado VII, porteiro, em 13 de março de 2018.

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Entrevista concedida por Entrevistado VIII, aposentado, em 17 de abril de 2018.

O Entrevistado IX, 36 anos, foi médico militar, atuando hoje na iniciativa privada em João Pessoa. Desde a adolescência, é adepto das práticas de caça em fragmentos florestais, iniciando suas atividades cinegéticas em trechos de caatinga em Pernambuco, mas com experiências também na Floresta Atlântica paraibana. Ele afirma que sua admiração atual pela caça decorre da observação de seu pai e do poder de decisão que ele demonstrava ter sobre a vida dos animais.

Quando eu era mais novo, admirava muito o meu pai quando caçávamos juntos. [...] O poder de decidir quando atirava, se atirava, quem vivia, quem morria. [...] Acredito que isso é uma das coisas que mais me encantam até hoje quando caço. [...] Ser como era o meu pai, e ter o mesmo poder que antes eu via nele (informação verbal, grifo nosso)<sup>13</sup>.

O poder não está localizado em uma instituição nem figura, como algo que se cede, por contratos jurídicos ou políticos (FOUCAULT, 1979). Ele é amplo, subjetivo e mutável, ao longo da história particular de cada indivíduo que o exerce, em diferentes níveis e sobre múltiplos alvos (SILVA, 2007). Para o entrevistado, o poder parece apresentar-se como especismo (SINGER, 2004), por um lado elitista, por considerar interesses humanos sempre mais relevantes que os das outras espécies, graças à sua capacidade de ponderação; por outro, eletivo, por considerar apropriado defender outras espécies quando houver alguma interação que desperte alguma simpatia ou compaixão (FELIPE, 2007).

Das declarações do Entrevistado IX, infere-se que a perpetuação dessa sensação de poder, direcionada aos animais, se dá na medida em que o caçador adquire conhecimentos sobre o ambiente, a fauna e as técnicas adequadas de caça. Esses conhecimentos são transmitidos por meio da oralidade e da exemplificação, e tais formas de repasse teórico-prático podem ser responsáveis pela manutenção e incremento das atividades cinegéticas no interior do Brasil (FERNANDES-FERREIRA, 2014).

O Entrevistado X, 67 anos, divorciado e residente da Comunidade Lerolância, em Santa Rita-PB, exemplifica a forma como se dá a transmissão local dos conhecimentos sobre práticas de caça.

Quando os meninos [seus filhos] eram menores, eu sempre levava eles comigo [para caçar] se fosse para voltar no mesmo dia. [...] Já foram crescendo me vendo cuidar dos cachorro, montar jirau, espera, ceva [...] e aprendendo como é que se faz. [...] Aos maiores eu ensinava a ver os rastro de bicho [...], dava aos menores apito de arremedo (imitação) pra eles aprenderem. [...] Hoje é tudo homem feito, mas eles ainda se juntam pra caçar (informação verbal, grifo nosso)<sup>14</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Entrevista concedida por Entrevistado IX, médico, em 27 de março de 2018.

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Entrevista concedida por Entrevistado X, aposentado, em 29 de maio de 2018.

A recorrência dessa transmissão às gerações subsequentes levanta um significativo ponto de discussão, uma vez que esse conhecimento empírico, carregado de simbolismos, significados e ininterrupções históricas, é dotado de um vasto repertório de formas de interação com a biodiversidade e observação de seu dinamismo funcional (AGUIAR; BARBOSA, 2013), fazendo com que os caçadores evoluam do patamar de aprendizes para o de especialistas locais, com um vasto repertório de saberes.

Essa renovação contínua dos caçadores é um dos grandes desafios para a conservação, na opinião do Entrevistado XI, 40 anos. Este, oficial do Batalhão de Polícia Militar Ambiental do Estado da Paraíba desde 2006, é casado e pai de uma filha. Ele relata não haver idade padrão para a atuação dos caçadores: há crianças, adultos e idosos atuando nessa atividade ilegal, e cada vez mais habilidosamente.

Mesmo com todo o esforço, quase toda semana tem registro de ocorrência [de caça] e apreensão [de animais, armas e armadilhas]. [...] Parece que não adianta, [...] é uma coisa cultural mesmo! [...] Eu já vi senhor com quase oitenta anos de idade saindo da mata com uma cutia na mão e uma espingarda na outra. [...] Uma vez resgatamos vários pássaros que estavam com dois irmãos, um de quinze e outro de doze anos. [...] Eles estão começando cada vez mais cedo. [...] O que a gente (oficiais do BPMAmb-PB) desmonta de armadilha, já nem conto mais [...] e não é coisa simples não! (informação verbal, grifo nosso)<sup>15</sup>.

Essa complexidade na atuação dos caçadores é resultante de suas experiências práticas, historicamente acumuladas, bem como do compartilhamento teórico dos saberes relativos aos animais e sua interação com o ambiente, que se dá entre os grupos locais de caçadores socioculturalmente estabelecidos.

Para o Entrevistado XII, esses conhecimentos são extremamente importantes quando utilizados com objetivos conservacionistas. Ele tem 64 anos e trabalha há quase duas décadas como agente de fiscalização ambiental na Reserva Biológica Guaribas. Em sua fala, discorre sobre a importância do conhecimento empírico relativo à fauna e à flora, acumulado pelos habitantes do entorno da REBIO.

Todo ano tem escolha de brigadista<sup>16</sup> aqui pra reserva. [...] Muitos brigadistas **já foram caçadores** [...] aqui mesmo, dentro da REBIO [...] e dá pra ver quanto **eles conhecem dos bichos e da mata**. [...] É

Entrevista concedida por Entrevistado XI, oficial da polícia militar ambiental da Paraíba, em 18 de janeiro de 2018.

Brigadistas (de incêndio) são grupos previamente treinados, organizados e capacitados na REBIO Guaribas para realizar atendimento em situações de emergência, para atuar na prevenção e combate de incêndios, prestação de primeiros socorros e evacuação ambiental.

uma ajuda grande pra a gente. [...] E eles mesmo conversam com os moradores. [...] Quando tem brigadista que mora numa área, diminui muito a caça lá (informação verbal, grifo nosso)<sup>17</sup>.

Um trabalho realizado no Nordeste do Brasil reconhece o profundo conhecimento ecológico local dos caçadores acerca dos *habitats* e da dinâmica de comportamento dos animais (AGUIAR; BARBOSA, 2013). Se explorado corretamente, pode auxiliar no desenvolvimento e na ampliação de estratégias de manejo e cuidado para com a fauna local, sendo uma ferramenta prática essencial ao cumprimento de objetivos conservacionistas (BARBOSA; AGUIAR, 2018).

#### **CONCLUSÕES**

Pode-se inferir que as interações, tanto utilitárias quanto afetivas, estabelecidas entre os entrevistados e a fauna local, constituem uma significativa forma de aproveitamento dos recursos naturais em fragmentos de Floresta Atlântica na Paraíba. O histórico dos caçadores, ex-caçadores e não caçadores entrevistados exibe aspectos de continuidade e de rupturas. Ambos os traços, aparentemente se entrelaçam nas diversas histórias de vida das populações locais, o que põe em evidência a necessidade de abordagens interdisciplinares contínuas, em se tratando de problemáticas complexas, como o usufruto de recursos naturais por populações locais ante à questão atual e urgente da conservação ambiental.

As principais motivações de caça registradas no trabalho e evidenciadas na repetição das falas, foram as demandas nutricionais e as interações socioemocionais. Nesse sentido, sugere-se, quando em estudos envolvendo atividades cinegéticas, a análise simultânea das características socioeconômicas e culturais das populações humanas, uma vez que essa análise é fundamental para avaliar as implicações conservacionistas das práticas locais de caça.

O conhecimento empírico acerca do ambiente e dos animais entre os especialistas locais selecionados no presente trabalho mostrou-se amplo e rico. Esse tipo de conhecimento, se e quando bem gerido, pode constituir uma potencial ferramenta conservacionista, passível, inclusive, de utilização pelos órgãos e instituições conservacionistas competentes. Assim, podem ser elaboradas políticas públicas de manutenção social e ecológica adequadas ao contexto de cada local, de acordo com sua especificidade e população humana.

Entrevista concedida por Entrevistado XI, agente de fiscalização ambiental, em 05 de junho de 2018.

#### **AGRADECIMENTOS**

Os autores agradecem à UFCG e à CAPES pela bolsa de doutorado concedida ao primeiro autor e, especialmente, ao ICMBio, ao BPMAmb-PB e a todos os entrevistados.

#### REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. O.; BARBOSA, J. A. A. Ouvindo os caçadores do semiárido: natureza, cultura, memórias e percepções acerca da caça no agreste paraibano. *In*: DIAS, R. D.; ARAÚJO, J. X. (org.). **Representações do Sertão**: poder, cultura e identidades. São Paulo: Humanitas, 2013. p. 403-429.

ALBERTI, V. Histórias dentro da História. *In*: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes** históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155-202.

ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. Métodos e técnicas para coleta de dados. *In*: ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. (ed.) **Métodos e técnicas** na pesquisa etnobotânica. Recife: NUPEEA/ Livro Rápido, 2004. p. 37-62.

ALVES, R. R. N.; GONÇALVES, M. B. R.; VIEIRA, W. L. S. Caça, uso e conservação de vertebrados no semiárido Brasileiro. **Tropical Conservation Science**, [*S. l.*], v. 5, n. 3, p. 394-416, 2012.

ARAÚJO, V. G.; OLIVEIRA, R. C. Conflicts between the land use and protected areas in coastal zones: the case of the APA Ilha Comprida (SP). **Fórum Ambiental**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 14-24, 2017.

BARBOSA, J. A. A. A caça e o uso da fauna no Agreste: um estudo etnobiológico a partir da memória dos caçadores do município de Queimadas-PB (1940-2012). 2013. 136 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais) — Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2013.

BARBOSA, J. A. A. **Práticas cinegéticas em Unidades de Conservação da Floresta Atlântica no Estado da Paraíba, Nordeste do Brasil**. 2019. 251 f. Tese (Doutorado em Recursos Naturais) — Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2019.

BARBOSA, J. A. A.; AGUIAR, J. O. Utilização místico-tradicional da fauna no semiárido paraibano. **Revista Polêm!ca**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 642-649, 2012.

BARBOSA, J. A. A.; AGUIAR, J. O. Conhecimentos e usos da fauna por caçadores no semiárido brasileiro: um estudo de caso no estado da Paraíba, Nordeste do Brasil. **Biotemas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 137-148, 2015.

BARBOSA, J. A. A.; AGUIAR, J. O. Etnoconservação e história ambiental para um novo modelo conservacionista do século XXI. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 21, n. 1, p. 243-255, 2018.

BARBOSA, J.A. A.; AGUIAR, J. O.; ALVES, R. R. N. Hunting practices and environmental influence: a brief overview with an ethnozoological approach. **Gaia Scientia**, João Pessoa, v. 12, n. 3, p. 36-58, 2018.

BARBOSA, J. A. A.; NOBREGA, V. A.; ALVES, R. R. N. Hunting practices in the semiarid region of Brazil. **Indian Journal of Traditional Knowledge**, [S. l.], v. 10, p. 486-490, 2011.

BARBOSA, M. R. V. Estudo florístico e fitossociológico da Mata do Buraquinho, remanescente de mata atlântica em João Pessoa, PB. 1996. 135 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Biologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

BECHELANY, F. C. **Suasêri**: a caça e suas transformações com os Panará. 2017. 316 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

BOTELHO, A.; TEIXEIRA, A. B. **Filosofia da Saudade**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986.

BRASIL. **Lei nº 5.197 de 3 de janeiro de 1967**. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1967]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l5197.htm. Acesso em: 04 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [1998]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/19605.htm. Acesso em: 04 jan. 2019.

BRASIL. **Projeto de Lei 6268/2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Fauna e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2016]. Disponível em: https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2113552. Acesso em: 07 dez. 2020.

BRITO, L. Desmatamento da Mata Atlântica na Paraíba aumenta em 157%, aponta relatório. **G1**, João Pessoa, 10 out. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/10/10/desmatamento-da-mata-atlantica-na-paraiba-aumenta-em-157percent-aponta-relatorio.ghtml. Acesso em: 10 dez. 2020.

CAMOU-GUERRERO, A.; REYES-GARCÍA, V.; MARTÍNEZ-RAMOS, M.; CASAS, A. Knowledge and use value of plant species in a Rarámuri community: a gender perspective for conservation. **Human Ecology**, [S. L], v. 36, n. 2, p. 259-272, 2007.

CARDOSO, T. M.; GUIMARÃES, G. C. Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba. Brasília: FUNAI:CGMT:CGETNO:CGGAM, 2012. (Série Experiências Indígenas, n. 2).

CARVALHO, E. B. No fundo da Mata Virgem: a complexidade de um elemento mítico no imaginário ocidental sobre a natureza. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 135-153, 2010.

COSTA-NETO, E. M.; MARQUES, J. G. W. Atividades de pesca desenvolvidas por pescadores da comunidade de Siribinha, município de Conde, Bahia: uma abordagem etnoecológica. **Sitientibus**, Feira de Santana, v. 1, n. 1, p. 71-78, 2001.

CPDOC. O que é história oral? **FGV CPDOC**, São Paulo, 2018. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral. Acesso em: 12 set. 2018.

DIEGUES, A. C. (org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: NUPAUB-USP, 2000.

DIEGUES, A. C. **O** mito moderno da natureza intocada. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

FELIPE, S. T. Dos direitos morais aos direitos constitucionais: para além do especismo elitista e eletivo. **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 169-185, 2007.

FERNANDES-FERREIRA, H. **A caça no Brasil**: panorama histórico e atual. 2014. 466 f. Tese (Doutorado em Zoologia) – Programa de Pós-Graduação em Zoologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

FERREIRA, L. C. Conflitos sociais em áreas protegidas no Brasil: moradores, instituições e ONG's no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP. **Idéias**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 115-150, 2001.

FIORI, M. M.; SANTOS, C. F. M. **A carne, a gordura e os ovos**: colonização, caça e pesca na Amazônia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GERLIC, S.; ZOETTL, P. A. **Índios na visão dos índios**: Potiguara. Salvador: Thydêwá, 2011.

GRAHE, J. E.; BERNIERI, F. J. The importance of nonverbal cues in judging rapport. **Journal of Nonverbal Behavior**, [S. L], v. 23, n. 4, p. 253-269, 1999.

HANAZAKI, N. Comunidades, conservação e manejo: o papel do conhecimento ecológico local. **Biotemas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 13-47, 2003.

HANNIGAN, J. A. Environmental sociology. New York: Routledge, 2000.

HAYS, T. E. An empirical method for the identification of covert categories in ethnobiology. **American Ethnologist**, New York, v. 3, n. 3, p. 489-507, 1976.

IBAMA. **Plano de Manejo da Reserva Biológica Guaribas**. Brasília, DF: IBAMA, 2003.

ICMBio. Plano de Manejo da Floresta Nacional Restinga de Cabedelo. Brasília, DF: ICMBio, 2016.

ICMBio. Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo. **ICMBio**, Brasília, DF, 2019a. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/flonacabedelo/. Acesso em: 02 jan. 2019.

ICMBio. RPPN Engenho Gargaú. **ICMBio**, Brasília, DF, 2019b. Disponível em: http://sistemas.icmbio.gov.br/sim rppn/publico/detalhe /642/. Acesso em: 04 jan. 2019.

ISA. REBIO Guaribas. **ISA**, São Paulo, 2019. Disponível em: https://uc.socioambiental.org/uc/587275. Acesso em: 24 jan. 2019.

LÚCIO, M.; DANTAS, M. Paraíba tem 26 reservas florestais. **Portal do Correio da Paraíba**, João Pessoa, ago. 2004.

MACHADO, L. M. C. P. Paisagem valorizada – A Serra do Mar como espaço e lugar. *In*: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (org.). **Percepção ambiental**: a experiência brasileira. São Paulo: Nobel, 1996. p. 97-119.

MEIHY, J. C. S. B.; RIBEIRO, S. L. S. **Guia prático de história oral**. São Paulo: Loyola, 2011.

MENARIN, C. A. **À sombra dos jequitibás**: patrimônio ambiental e políticas públicas na criação e implantação do Parque Estadual de Vassununga – SP (1969-2005). 2009. 270 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009.

MMA. Unidades de Conservação de Uso Sustentável. **MMA**, Brasília, DF, 2019a. Disponível em: http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-deconservação-de-proteção-integral. Acesso em: 18 jan. 2019.

MMA. Unidades de Conservação de Proteção Integral. **MMA**, Brasília, DF, 2019b. Disponível em: http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservação-de-uso-sustentavel. Acesso em: 18 jan. 2019.

MORIN, E. (org.). **O problema epistemológico da complexidade**. Lisboa: Publicações Europa - América, 1996.

MOURÃO, J. S.; NORDI, N. Pescadores, peixes, espaço e tempo: uma abordagem etnoecológica. **Interciencia**, Santiago, v. 31, n. 5, p. 358-363, 2006.

NASCIMENTO, A. R. A.; MENANDRO, P. R. M. Memória social e saudade: especificidades e possibilidades de articulação na análise psicossocial de recordações. **Memorandum**, Belo Horizonte, v. 8, p. 5-19, 2005.

NASCIMENTO, V. T.; LUCENA, R. F. P.; MACIEL, M. I. S.; ALBUQUERQUE, U. P. Knowledge and use of wild food plants in areas of dry seasonal forests in Brazil. **Ecology of Food and Nutrition**, [S. l], v. 52, n. 4, p. 317-343, 2013.

NASH, R. F. Wilderness & the American mind. London: Nota Bene, 2001.

OLIVEIRA, K. A.; CORONA, H. M. P. A percepção ambiental como ferramenta de propostas educativas e de políticas ambientais. **ANAP Brasil**, Bauru, v. 1, n. 1, p. 53-72, 2008.

PIMENTEL, M. A. S.; RIBEIRO, W. C. Populações tradicionais e conflitos em áreas protegidas. **Geousp**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 224-237, 2016.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PONTING, C. Uma história verde do mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

PRADEICZUK, A.; RENK, A.; DANIELI, M. A. Percepção ambiental no entorno da Unidade de Conservação Parque Estadual das Araucárias. **Revista Grifos**, Chapecó, n. 38/39, p. 13-32, 2015.

RBMA. Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. **RBMA**, São Paulo, 2019. Disponível em: http://www.rbma.org.br/anuariomataatlantica/index.php. Acesso em: 09 jan. 2019.

RISSO, L. C. Unidades de conservação e comunidades: espaços de participação e conflitos territoriais. *In*: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE ESTUDIOS TERRITORIALES Y AMBIENTALES, 6., 2014, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: UNESP, 2014. p. 1-14.

RUBEL, A. J. The epidemiology of a folk illness: susto in Hispanic America. *In*: DAVID, L. (ed.). **Culture, disease and healing**: studies in medical anthropology. New York: Macmillan Publishing Co., 1997. p. 119-128.

SCHAMA, S. Paisagem e memória. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, J. C. S. Foucault and the power relations: The quotidian of the disciplinary society as a historical category. **Revista Aulas**, Campinas, n. 3, p. 1-28, 2007.

SILVA, G. O imaginário rural do leitor urbano: o sonho mítico da casa no campo. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, DF, v. 2, n. 1, p. 1-8, 2009.

SILVA, L. O.; ARAÚJO-DE-ALMEIDA, E. Percepção ambiental e sentimento de pertencimento em Área de Proteção Ambiental Litorânea no Nordeste brasileiro. **Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental**, Porto Alegre, v. 33, n.1, p. 192-212, 2016.

SINGER, P. Libertação animal. Porto Alegre: Lugano, 2004.

SOUZA, J. B.; ALVES, R. R. N. Hunting and wildlife use in an Atlantic Forest remnant of northeastern Brazil. **Tropical Conservation Science**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 145-160, 2014.

STEVENS, P. O. Dinâmica da paisagem no geossistema do Estuário do Rio Paraíba – extremo oriental das Américas: estimativas de perda de habitats e cenários de recuperação da biodiversidade. 2014. 125 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Grouded theory**: grundlagen qualitative sozialforschung. Datenanalyse und Theoriebildung in der empirischen soziologischen Forschung. München: Fink, 1991.

SUDEMA. Estudo para subsidiar a criação de Unidade de Conservação de Proteção Integral da Mata do Buraquinho. João Pessoa: SUDEMA, 2014.

THOMAS, K. **O** homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1983.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. A. Ethnoecology: a post-normal science studying the traditional knowledge and wisdom. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 20, p. 31-45, 2009.

TORRES JÚNIOR, E. U. Conhecimento ecológico e percepção ambiental sobre primatas por uma comunidade rural no entorno da Reserva Particular do Patrimônio Natural Engenho Gargaú, Paraíba, Brasil. 55 f. 2015. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Monitoramento Ambiental) — Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Monitoramento Ambiental, Universidade Federal da Paraíba, Rio Tinto, 2015.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VEGINI, V. Wainiam, Puruborá e Kujubim/Kutruye: povo, cultura e tradição - um relato experiencial. **Revista Sustentabilidade Organizacional**, Porto Velho, v. 3, n. 1, p. 1-17, 2016.

WILLIAMS, R. **O** campo e a cidade na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Texto submetido à Revista em 24.01.2020 Aceito para publicação em 06.10.2020